

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.478.475 - RS (2019/0090501-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : DENIS VALENTIM ROSA  
**ADVOGADOS** : GILBERTO DA SILVA SILVEIRA E OUTRO(S) - RS049412  
MARISLAINE DA SILVA FERNANDES - RS096650  
CRISTINA DOS CASAES CLARO - RS101872  
**AGRAVADO** : RENOVA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS  
FINANCEIROS S.A  
**ADVOGADOS** : LUCIANO DA SILVA BURATTO E OUTRO(S) - SP179235  
KARINA DE SOUZA MONTEIRO - RS098778

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interno interposto por DENIS VALENTIM ROSA contra a decisão (fls. 284/285 e-STJ) que não conheceu do agravo em virtude da falta de impugnação específica dos fundamentos da decisão atacada, atraindo, assim, a aplicação do disposto no art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015.

Nas presentes razões, o agravante alega, em síntese, que seu recurso está fundamentado no dissídio interpretativo e versa sobre a inserção ilícita do nome do autor no Serasa.

Afirma que a cessão de crédito não tem eficácia sem a notificação e que não há nos autos documentos comprobatórios do débito.

Devidamente intimada, a parte contrária não ofereceu impugnação (fl. 275 e-STJ).

É o relatório.

**DECIDO**

O recurso especial foi interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

Na presente hipótese, observa-se que há deficiência na representação processual da advogada signatária do agravo interno.

De início, considerando-se que o agravo interno foi assinado digitalmente, importa ressaltar que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que deve haver identidade entre o titular do certificado digital usado para assinar a peça recursal e o advogado indicado como representante da parte recorrente. A propósito, os seguintes

precedentes: EDcl no AgRg nos EAREsp 423.478/SP, Rel. Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, julgado em 3/9/2014, DJe 23/9/2014, e EREsp 1.326.823/AM, Rel. Ministro Herman Benjamin, Corte Especial, julgado em 3/6/2015, DJe 20/11/2015.

Na sequência, diante da falha na representação processual da advogada titular do certificado digital utilizado para a assinatura digital do agravo interno, a agravante foi intimada para sanar a irregularidade.

Entretanto, conforme atesta a certidão de fl. 298 e-STJ, não houve manifestação da parte.

Assim, incide na hipótese a Súmula nº 115/STJ: *"Na instância especial é inexistente recurso interposto por advogado sem procuração nos autos"*.

A propósito:

***"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO. INTIMAÇÃO PARA SUPRIR O DEFEITO. NÃO REGULARIZAÇÃO. DECURSO DO PRAZO. SÚMULA Nº 115 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.***

***1. Aplicabilidade do NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.***

***2. Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, deve ser concedido o prazo para regularização, nos termos dos arts. 76 e 932, ambos do NCPC.***

***3. A não apresentação da procuração, mesmo após abertura de prazo para regularização do defeito, acarreta o não conhecimento do recurso.***

***4. Agravo interno não conhecido"* (AgInt no REsp 1.569.833/MT, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 5/3/2018 - grifou-se).**

***"RECURSO FUNDADO NO NOVO CPC. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REGULARIZAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL FEITA DE FORMA INTEMPESTIVA. ART. 76 C.C 932, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/15. RECURSO NÃO CONHECIDO.***

***1. Nos termos do novo CPC/15, concedido o prazo de cinco dias para o recorrente sanar vício ou complementar documentação exigível, a regularização processual fora do prazo fixado na lei é causa de não conhecimento do recurso interposto.***

***2. Agravo interno a que se nega provimento"* (AgInt no AREsp 1.106.797/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 8/2/2018, DJe 22/2/2018 - grifou-se).**

***"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO DE DOIS RECURSOS.***

**PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE RECURSAL. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO. INTIMAÇÃO. ART. 932, PARÁGRAFO ÚNICO, CPC/15 INÉRCIA DA PARTE. NÃO CONHECIMENTO.**

*1. Em harmonia com o princípio da unirrecorribilidade recursal, observada a prévia interposição de recurso contra a decisão recorrida, constata-se a preclusão consumativa em relação ao agravo interno interposto posteriormente.*

*2. Nos termos do art. 76, § 2º, I, do CPC/15, não se conhece do recurso quando a parte, após intimada para regularizar sua representação processual (art. 932, parágrafo único, do CPC/15), não promove o saneamento do vício.*

*3. Agravo interno não conhecido" (AgInt no AREsp 959.574/GO, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 5/12/2017, DJe 19/12/2017 - grifou-se).*

**"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALTA DE INSTRUMENTO PROCURATÓRIO. INTIMAÇÃO PARA SANAR O VÍCIO. ART. 932, PARÁGRAFO ÚNICO, NCPC. SEM MANIFESTAÇÃO. SÚMULA 115/STJ. RECURSO NÃO CONHECIDO.**

*1. Intimado para sanar o vício, nos moldes do art. 932, parágrafo único, do NCPC, o agravante não juntou aos autos o instrumento de mandato.*

*2. O recurso subscrito por advogado sem procuração nos autos é inadmissível (Súmula 115/STJ).*

*3. Agravo interno não conhecido" (AgInt no AREsp 864.242/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/8/2016, DJe 23/8/2016 - grifou-se).*

Portanto, aplica-se à hipótese o disposto no art. 76, § 2º, I, do Código de Processo Civil/2015, o qual determina que o descumprimento pelo recorrente da intimação para sanar vício na representação processual acarretará o não conhecimento do recurso.

Ante o exposto, não conheço agravo interno.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator